

8

v.5 n.8
janeiro/junho 2017

Revista
Parlamento
e Sociedade

Dossiê **Eleições Municipais**

Apresentação

Lara Mesquita Ramos

Organização, estratégia e desempenho partidário nas eleições municipais paulistanas de 2016

Fernando Guarnieri

Coligações em eleições municipais: a lógica de 2016 com base na efervescência da política nacional

Humberto Dantas

A (sub)representação feminina nas eleições de 2016

Beatriz Rodrigues Sanchez

Financiamento de campanha em tempos incertos: o dinheiro nas eleições paulistanas em 2016

Tiago Dáher Padovezi Borges

Mapeando a competição: padrões de votação em São Paulo entre 2008 e 2016

Grazielle Silotto

Organização, estratégia e desempenho partidário nas eleições municipais paulistanas de 2016

Fernando Guarnieri¹

Resumo

As eleições municipais paulistanas de 2016 oferecem uma excelente oportunidade para testarmos algumas teses sobre a dinâmica política local. Marcadas por uma conjuntura de crises moral, política e econômica, esperava-se que essas eleições rompessem com a tradicional polarização que caracteriza as eleições da maior cidade do país. A acachapante vitória de João Dória (PSDB) logo no primeiro turno, a pequena votação do incumbente do Partido dos Trabalhadores e o alto número de votos nulos pareciam confirmar isso. No entanto, uma análise mais detida dos dados sugere cautela nestas interpretações. Neste artigo desenvolvo essa análise, de tom eminentemente descritivo. Mostro que, apesar da margem de vitória de Dória, PT e PSDB dividiram a preferência dos eleitores na maior parte das seções eleitorais. Mostro também que partidos de centro, notadamente o PMDB, continuam à margem da disputa, e que o fator mais importante para entender o desempenho dos partidos é a interação entre a estratégia de coligação eleitoral e a organização partidária.

Introdução

Os resultados das urnas nas eleições de 2016 na cidade de São Paulo confirmaram a surpreendente e excepcional performance do candidato do PSDB, João Dória Jr. Com apenas 5% de intenção de votos no início da corrida eleitoral, Dória

¹ Cientista Político com doutorado pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pelo CEM/CEBRAP, foi pesquisador visitante na Universidade de Maryland College Park. Atualmente é professor adjunto no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e bolsista JCNE com pesquisas na área dos estudos eleitorais e partidários. E-mail: fhguarnieri@iesp.uerj.br

chegava aos 44% no dia anterior às eleições². Os 53% de votos que de fato recebeu, foram bem além do que as “bocas de urna” previam. Como explicar esse resultado?

Jornalistas e analistas políticos atribuíram o bom desempenho do candidato tucano ao fato dele ter se apresentado como um gestor e não um político. A população, diante da exposição diuturna pela mídia de escândalos de corrupção envolvendo diversos políticos e partidos, estaria descrente da política. O índice de confiança em instituições como o congresso ou os partidos nunca esteve tão baixo (FGV: 2016). Esse descontentamento teria feito com que o eleitor escolhesse alguém que poderia significar uma ruptura com uma prática política vista como venal e pouco representativa. Esse alguém seria Dória, um *outsider*.

Por outro lado, também chamou a atenção dos analistas a pequena votação do então prefeito Fernando Haddad, 16% dos votos. Se a descrença com a política explicava o voto em Dória, seria a situação nacional que explicaria a queda dos votos de Haddad. O processo de *impeachment* da presidente Dilma, a quantidade de manchetes de jornais e tempo de televisão com viés negativo com relação ao PT³ e a crise econômica teriam feito com que os eleitores que votaram em Haddad em 2012 migrassem, em sua maioria, para outros candidatos.

Por fim, as análises também se voltaram para o grande número de votos nulos e de abstenção. Nas eleições de 2012 a abstenção foi de 18% e os votos nulos 7%. Em 2016 esses números passaram para 22% e 11%. Somando os votos brancos aos nulos temos 17% do total, mais do que recebeu o segundo colocado. Mais uma vez a explicação seria o desencanto com a política.

Portanto, as explicações dos resultados das eleições de 2016 em São Paulo teriam um caráter idiossincrático. Seriam as peculiaridades da conjuntura política e econômica que teriam levado à vitória de Dória, à derrota de Haddad e ao aumento do “não voto”. Algo de excepcional teria ocorrido.

Como exemplo deste tipo de análise, a revista Exame pediu, em abril de 2017, para que três cientistas políticos explicassem “a ascensão meteórica de Doria diante da opinião pública”. Reproduzo abaixo algumas destas explicações⁴:

2 Ver <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2016/10/1819065-doria-lidera-e-haddad-russo-manno-e-marta-empatam-pelo-2-lugar-em-sp.shtml> (acessado pela última vez em 01/06/2017)

3 Ver <http://www.manchetometro.com.br/> (acessado pela última vez em 01/06/2017)

4 Extraídas da matéria “O Fenômeno João Dória segundo três Cientistas Políticos” em <http://exame.abril.com.br/brasil/o-fenomeno-joao-doria-segundo-3-cientistas-politicos/> (último acesso em 01/06/2017)

“A população de São Paulo, historicamente, sempre está interessada em propostas de boa administração pública. Doria, como homem de marketing e convededor da história política local, se lançou como uma pessoa que não repetiria a política tradicional – à semelhança de Jânio Quadros, que foi prefeito e governador de São Paulo, além de presidente da República.” (Roberto Romano)

“Para além do espaço midiático em universo de recursos escassos, demarcado por novas regras que reduziram tempo e dinheiro às campanhas, o discurso do debutante foi assertivo. Doria foi a novidade, e se apresentou como gestor trabalhador distante da política. Por mais questionáveis que fossem tais afirmações, os adversários perceberam tardivamente seu sucesso.” (Humberto Dantas)

“O debate eleitoral colocou alguns problemas cruciais cujas respostas deveriam vir rapidamente por parte do prefeito eleito. Dentre eles estavam: a manutenção e a limpeza da cidade, incluindo seus parques e as pichações; a política de saúde e o crescimento da população de rua, além da Cracolândia. De posse desse diagnóstico, Doria passou a ter respostas para tudo e se apresentava como o prefeito-trabalhador, por trás da ideia de “João Trabalhador”, algo que certamente aumentou a expectativa social quanto a sua capacidade de governar.” (Marco Antonio Teixeira)

Sem dúvida nenhuma, essas análises estão corretas em apontar a estratégia acertada da campanha do candidato tucano. No entanto, neste artigo pretendo abordar algo ausente nestas narrativas: a importância das estratégias e a organização partidária. Os partidos importaram muito na eleição de Dória e na derrota do PT. PSDB e PT dividiram a liderança em mais de 50% das seções eleitorais. A dominância destes dois partidos não é algo excepcional, mas sim algo recorrente.

Além da forte estrutura partidária, a estratégia bem sucedida de alianças do PSDB fez com que Dória contasse com um grande tempo de TV, apontado por Humberto Dantas no citado artigo como fator decisivo para que ele pudesse desenvolver seus dotes mercadológicos. Em contrapartida, o PT não foi capaz de construir uma coligação forte – algo que em 2012 foi feito e celebrizado pelo amplo leque, que incluiu a célebre foto de Lula e Haddad nos jardins da casa de Paulo Maluf (PP).

A estrutura partidária e as coligações, portanto, seriam fatores cruciais para explicar os resultados das eleições de 2016, assim como o resultado de todas as outras eleições paulistanas recentes. Não há nada de original nesta afirmação. Outros pesquisadores chegaram às mesmas conclusões analisando eleições anteriores (ver, sobretudo, LIMONGI e MESQUITA:2012). Não haveria

nada de excepcional ou idiossincrático nestas eleições. Trata-se de uma eleição normal em um momento extraordinário.

O artigo se desenvolverá da seguinte forma: após esta introdução, analiso as eleições no município de São Paulo entre 1985 e 2012 do ponto de vista das estratégias e da organização partidárias. Em seguida, na terceira seção, mostro como minha análise difere de análises correntes fazendo uma sucinta discussão da literatura que buscou explicar a dinâmica eleitoral paulistana. Na quarta seção trarei dados das eleições de 2016 ao nível da seção eleitoral, o que permitirá uma análise mais “fina” do que se passou nestas eleições, evidenciando o impacto das estratégias partidárias, por meio de matrizes de transição de voto e o impacto da organização partidária e examinando a correlação entre voto, presença de diretórios e número de filiados. Uma conclusão fecha o artigo.

As eleições paulistanas de 1985 a 2012

Com o fim da ditadura e a volta da eleição para prefeito nas capitais em 1985, foi adotado o sistema majoritário simples onde vence o candidato que obtém a maioria dos votos no primeiro turno independente de ter obtido mais de 50% dos votos. Era de se esperar que isso levasse a dois partidos dominando a arena eleitoral. Isso porque, conforme nos ensina Duverger (1970), escrutínios majoritários de turno único tendem ao bipartidarismo.

Dois mecanismos produziriam esse resultado: um efeito mecânico das regras eleitorais que só permitem um vitorioso e um efeito psicológico, quando o eleitor, ciente que seu candidato preferido não tem chances transfere seu voto para um candidato melhor posicionado. Diante do efeito mecânico e antecipando o efeito psicológico, partidos fracos eleitoralmente adotam estratégias de alianças e fusões que, ao fim, fazem com que apenas dois polos disputem as eleições. Quando não ocorre tal coordenação, os eleitores a fazem na prática por meio do voto útil⁵.

Para as eleições paulistanas de 1985 se apresentaram 11 candidatos. No entanto, apenas três concentraram perto de 96% dos votos. Entre eles, dois eram dos partidos estabelecidos durante o regime militar que vinham disputando as eleições legislativas. O ex-presidente Jânio Quadros, vencedor com 37,5% dos votos, se lançou pelo PTB em coligação com o PDS, antiga ARENA. Fernando

5 Uma análise magistral das eleições paulistanas do ponto de vista das estratégias eleitorais é a de Limongi e Mesquita (2008). Neste artigo sigo a mesma linha argumentativa destes autores aos quais devo muito das ideias aqui esboçada. Acrescento, além da análise de eleições mais recentes, a organização partidária como fator essencial para se entender a configuração da disputa.

Henrique Cardoso, segundo colocado com 34,2% dos votos, se lançou pelo PMDB, antigo MDB. Esse dois candidatos somaram quase 72% dos votos. A terceira colocação coube ao PT, cujo candidato, Eduardo Suplicy, obteve 19,7%.

Se a concentração dos votos nos três principais concorrentes demonstra ter havido alguma coordenação ela não foi perfeita, no sentido duvergeriano. A falta de coordenação perfeita foi explicitada por Cardoso (PMDB), que era apontado como o favorito em todas as pesquisas. Ao falar sobre a derrota em entrevista logo após a divulgação dos resultados, disse: “É uma pena que tenha sido necessário um desastre desta natureza para que o PT entenda que a política de alianças é necessária”⁶. O que Cardoso estava sugerindo é que o eleitor de esquerda havia se dividido entre as candidaturas do PMDB – em coligação com os comunistas PCB e PCdoB – e do PT, possibilitando a vitória da coligação de direita entre PTB, PFL e PDS⁷.

Se a quase perfeita coordenação eleitoral explica a concentração de votos nos três candidatos, é a organização partidária que explica por que foram PTB, PMDB e PT os beneficiários destes votos. Com o fim do bipartidarismo em 1980 eram poucos os partidos que possuíam alguma estrutura permanente. Tão poucos eram esses partidos que a Lei 7.332 de julho de 1985 previa que:

“Os partidos políticos, em formação, assim considerados para os efeitos desta Lei os que, até 15 de julho de 1985, publicarem e encaminharem ao Tribunal Superior Eleitoral, para anotação e arquivo, o programa, manifesto e estatutos, observados os princípios estabelecidos no art. 152 da Constituição Federal, estarão habilitados à prática de todos os atos e procedimentos relativos ao seu funcionamento, inclusive os necessários à sua efetiva participação nas eleições que trata esta Lei” (BRASIL, 1985)

Dos 11 partidos que participaram das eleições de 85, apenas os três primeiros colocados não eram formados em sua quase totalidade por comissões provisórias⁸. Apenas quatro partidos elegeram vereadores para a legislatura 1983-1988 da Câmara Municipal de São Paulo. Esses partidos foram justamente aqueles que ocuparam as primeiras colocações: PDS, PMDB, PT e PTB.

6 Ver <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1985/11/16/2/> (acessado pela última vez em 01/06/2017)

7 Para uma descrição da dinâmica eleitoral de 1985 e a construção das estratégias de alianças ver Lamounier (1986).

8 As comissões provisórias são órgãos partidários supostamente temporários que tem como função organizar o partido em certa localidade. É possível ter uma ideia da estrutura dos partidos que disputaram as eleições de 1985 em São Paulo consultando as edições do Diário Oficial do Estado de São Paulo daquele ano.

A flexibilidade para a participação de partidos em formação, prevista nas regras que regeram as eleições de 1985, foi repetida nas eleições de 1988 (Lei nº 7.664/88). Isso permitiu que o PSDB, uma dissidência do PMDB que surgira durante o processo constituinte, participasse da disputa. Além do PSDB outros 14 partidos lançaram candidatos à sucessão de Jânio Quadros.

Mais uma vez a disputa se concentrou nos três primeiros colocados. A candidata do PT, Luiza Erundina, obteve perto de 30% dos votos, seguida de Paulo Maluf do PDS com 24,45%. Desta vez coube ao PMDB a terceira colocação com 14,17%. Somadas, essas três candidaturas receberam perto de 70% dos votos.

Nesta eleição o problema de coordenação ocorreu à direita: apesar do PDS de Maluf ter construído uma coligação com cinco partidos, não conseguiu atrair o seu antigo parceiro, o PFL. Este irá se coligar ao PMDB. A divisão à direita permitiu que Erundina vencesse por pequena margem, assim como Jânio havia vencido antes dela.

O PT foi bem-sucedido em construir uma coligação com partidos de esquerda, que na eleição de 1985 haviam apoiado Fernando Henrique Cardoso. O PT também acabou sendo beneficiado pela decisão do candidato do PDT de retirar sua candidatura pouco antes do final da campanha.

A composição da Câmara dos Vereadores reflete a eficácia das políticas de coligação. Dos nove partidos com presença na 10ª legislatura da Câmara Municipal, cinco participaram das coligações que ocuparam as três primeiras posições na corrida pelo executivo.

O fato de partidos com forte presença de diretórios terem, mais uma vez, ocupado a cabeça das chapas, corrobora a tese de que, junto com a estratégia de alianças, a organização partidária é fator importante no desempenho eleitoral.

Para ilustrar a importância da organização e da estratégia de alianças, tomemos o caso do PSDB. Este partido de formação recente, portanto com estrutura ainda provisória, decidiu se lançar à disputa em uma aliança com quatro partidos nanicos (PTR, PSC, PCN e PV). O partido contava em seus quadros, com o ex-governador André Franco Montoro, que havia deixado o governo apenas dois anos antes da eleição para prefeito; com o ex-prefeito Mario Covas, que havia sido eleito senador com uma das maiores votações da história naquele mesmo ano; e com Fernando Henrique Cardoso, também eleito senador em 1986 e que, como vimos acima, em 1985 chegou em segundo lugar na disputa pelo executivo paulistano. Apesar do apoio destes “campeões de voto”, o partido chegou ao final da disputa de 1988 com menos de 6% dos votos.

A organização partidária também ajuda a explicar por que a disputa pela prefeitura, apesar de praticamente bipartidária, não converge ao centro do espectro político,

ao eleitor mediano, como preveem os modelos espaciais do voto (DOWNS:1999). A construção da candidatura de Erundina é emblemática neste sentido.

Erundina é escolhida candidata em disputa com Plínio de Arruda Sampaio, candidato mais moderado e o preferido pela corrente majoritária do PT. Sua vitória é vista como uma vitória das bases partidárias e de suas correntes mais radicais. Seu radicalismo fica claro ao defender, logo após a vitória, a estatização da empresa municipal de transporte e que as ocupações de terra se sobrepõem ao direito de propriedade (KOWARICK e SINGER:1993).

Conforme a chamada lei da “disparidade curvilinear”, a militância partidária é, em geral, mais radical que as lideranças (MAY:1973). Esse radicalismo limita o grau de moderação dos candidatos. Isso é mais forte em partidos com organização mais permanente, como era o caso do PT em 1988, mas também foi o caso de Jânio Quadros, apoiado pela radical “Juventude Janista”⁹.

A necessidade de responder à militância e o radicalismo dos candidatos que lideram a disputa também ajudam a explicar a insistência de forças de centro em entrar na disputa, embora recorrentemente sejam pressionadas pelos adversários. Os partidos de centro, como o PMDB e o PSDB, correriam o risco de perder apoio em suas fileiras caso firmassem alianças com figuras radicais como Jânio, Erundina e Maluf.

Portanto, os resultados das eleições para prefeito de São Paulo de 1985 e 1988, com o voto concentrado em torno de dois blocos ideologicamente distintos, podem ser explicados pela necessidade de coordenação pré-eleitoral diante de um sistema eleitoral de maioria simples, coordenação esta que envolvia a formação de coligações entre os partidos melhores organizados e que, pressionados por uma militância radical, ofereciam políticas pouco moderadas.

Em 1992, as regras eleitorais mudam e as eleições passam a se dar em dois turnos nas cidades com mais de 200 mil eleitores. Apesar desse tipo de regra favorecer a entrada de mais candidatos e enfraquecer a necessidade de coordenação prévia, houve menos candidaturas em 1992 do que em 1988 ou 1985. As coligações, como nas eleições anteriores, também ocorreram no momento pré-eleitoral. O PT mais uma vez conseguiu “fechar” a esquerda se aliando ao PCB, PCdoB e PSB. A direita reuniu em uma mesma chapa, sob a liderança do PDS, o PTB e o PL. O centro tinha a maior coligação com o PMDB na cabeça e mais sete partidos, ente

⁹ “Os cerca de 6 mil jovens janistas – número que os movimentos garantem ter – estão trabalhando para eleger o candidato da coligação PTB-PFL, levantando a bandeira do anticomunismo, muito explorada pelo próprio Jânio” (Jornal do Brasil, 06/09/85, pg. 4)

eles o PDT. As falhas de coordenação se deram à direita, por conta da defecção do PFL que decidiu lançar candidato solo e, ao centro, pela decisão do PSDB em persistir na aliança com pequenos partidos, no caso o PV.

Apesar da candidatura solo do PFL, a direita, com Paulo Maluf como candidato, vence com mais de 58% dos votos. Eduardo Suplicy do PT chega na segunda colocação com perto de 42% dos votos. No primeiro turno estas duas candidaturas concentraram mais de 60% dos votos.

Mais uma vez nove partidos conseguem representação na Câmara Municipal, mas três deles – PDS, PMDB e PT – concentraram dois terços de todos os vereadores, o que demonstra a capilaridade e a força da estrutura partidária. O quarto partido com o maior número de vereadores eleitos em 1992 foi o PSDB, o que indicava sua crescente organização.

A polarização entre direita e esquerda nas eleições de 1992 segue, mais uma vez, o modelo downsiiano de exclusão do centro e irá se repetir em 1996, quando Celso Pitta do PPB, antigo PDS, vence as eleições no segundo turno com mais de 60% dos votos, enfrentando Luiza Erundina, do PT, que obteve pouco menos de 40%. Mais uma vez, também, essas duas candidaturas concentraram mais de dois terços dos votos no primeiro turno, prenizando a candidatura de centro, desta vez representada pelo PSDB com José Serra, que conquistou pouco mais de 15% dos eleitores.

Na Câmara Municipal, a concentração em torno do PPB e do PT foi maior do que na disputa pelo executivo. Os dois partidos detiveram 70% das cadeiras. O PSDB com 8 vereadores desbancou o PMDB e se tornou a terceira maior força política da capital paulista.

Nas eleições de 2000, apesar do prefeito Celso Pitta, eleito pelo PPB de Maluf, ter sua gestão avaliada como ruim ou péssima por 81% dos paulistanos¹⁰, temos mais uma vez a polarização entre este partido e o PT. Este último lança a candidatura vitoriosa de Marta Suplicy. Desta vez, diferente das demais, o problema de coordenação ocorre em todos os blocos ideológicos. À direita, o PPB não consegue atrair nenhum parceiro para a disputa. À esquerda o PT, outra vez aliado com os partidos comunistas, tem que disputar espaço com uma aliança entre o PSB, PDT, PPS e PMN em torno da ex-prefeita e ex-petista Luiza Erundina.

¹⁰ Pesquisa Datafolha aponta Pitta como ruim/péssimo por 81% ao fim de seu governo: http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=66.

Ao todo, 16 candidatos se apresentam para as últimas eleições do milênio. A concentração dos votos nos dois primeiros colocados cai para 55% no primeiro turno. Pela primeira vez um quarto colocado, Romeu Tuma do PFL, recebe mais de 10% dos votos. Assim como os partidos, os eleitores também têm dificuldades em coordenar o voto por não identificar qual candidato é o mais viável..

No legislativo da capital paulista o número de partidos com representação aumenta, refletindo a fragmentação do pleito para o executivo. Treze partidos obtêm cadeiras na Câmara. O PT, com 19 vereadores, é o partido com a maior bancada. Por outro lado, a concentração de cadeiras neste partido e no seu maior adversário, o PPB, cai de 70% em 1996 para 42% nas eleições de 2000. Isso se deve à queda do número de vereadores reeleitos pelo PPB, reflexo do escândalo de corrupção conhecido como Máfia dos Fiscais que contou com o envolvimento de vários desses vereadores¹¹.

É interessante o fato de apenas um grande escândalo de corrupção conseguir alterar o balanço de forças políticas na cidade de São Paulo. Questões nacionais e estaduais parecem ter pouca influência na disputa paulistana. Por um lado, Paulo Maluf e seu PDS/PPB consegue se manter polarizando a disputa, apesar de seu partido vir perdendo força a cada eleição no nível federal. Por outro lado, a alternância de poder no governo do estado, com o PSDB desbanhando o PMDB, e a influência do cargo de governador não parecem ter grande efeito, já que em 1996 e 2000 o seu candidato amargou uma terceira posição bem atrás dos dois primeiros colocados.

O declínio do principal partido da direita em São Paulo se deve à saída de cena de importantes lideranças partidárias locais e à incapacidade em se colocar como cabeça de uma coligação com outros partidos. São a estrutura e a estratégia partidária mostrando, com sinal negativo, sua importância.

Não surpreende, portanto, que em 2004 o PSDB apareça como o polo antagônico ao PT. As eleições de 2004, com 14 partidos, reeditaram as divisões à esquerda e à direita presentes na eleição anterior. A novidade neste pleito foi a aliança entre o PSDB e o PFL. Essa guinada do PSDB paulistano à direita permitiu que ele conquistasse o espaço vago deixado pelo partido de Maluf e vencesse o pleito com mais de 45% dos votos no primeiro turno. A então prefeita e candidata

11 Sobre a máfia dos fiscais ver Arantes, 2009 ARANTES, RB. O ministério público e a corrupção política em São Paulo. In SADEK, MT., org. SANCHES FILHO, AO., et al. Justiça e cidadania no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009. pp. 23-116. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

do PT, Marta Suplicy, chega em segundo com mais de 35% dos votos. PSDB e PT concentram quase 80% dos votos. A terceira colocação fica com Paulo Maluf.

A polarização entre PT e PSDB se reflete também na Câmara Municipal, onde os dois partidos detém 60% das cadeiras. Essa polarização já se desenhava na legislatura 2001-2004 quando, juntos, tucanos e petistas concentravam perto de 50% das cadeiras. O crescimento no número de vereadores do PSDB mostra o fortalecimento de sua organização na cidade de São Paulo.

Se o PSDB acertara na política de alianças em 2004 e se beneficiara da ampliação e enraizamento de sua organização partidária, em 2008, disputas internas no partido e na coalizão de governo fizeram com que, mesmo com a candidatura do ex-governador Geraldo Alckmin, o partido chegasse na terceira colocação.

Um ano e meio após sua eleição para prefeito em 2004, José Serra renuncia ao cargo para se lançar candidato ao governo do estado. Assume, em seu lugar, o vice-prefeito Gilberto Kassab (PFL). Ao se aproximar das eleições de 2008, o PSDB discute se deve apoiar Kassab ou lançar candidatura própria com o apoio deste. Diante de pesquisas que mostravam uma avaliação positiva de seu governo e com base na indefinição tucana, Kassab decide concorrer à reeleição. O PSDB se divide. Partidários do ex-prefeito e então governador José Serra pregam o apoio. Partidários do ex-governador Geraldo Alckmin defendem sua candidatura. Enfim, a candidatura Alckmin é referendada em uma convenção boicotada pelo grupo pró-Kassab¹².

Essa divisão, no entanto, não prejudicou a direita. Embora a margem de vitória de Kassab no primeiro turno tenha sido pequena, o desempenho de Alckmin foi o melhor de um terceiro colocado (34% dos votos para Kassab, 33% de Marta e 22% para Alckmin). No segundo turno, a natural união de forças entre Kassab e Alckmin fez com que o primeiro fosse reeleito com mais de 60% dos votos. Na Câmara, as coligações encabeçadas pelo DEM (antigo PFL), PSDB e PT concentraram perto de 80% das cadeiras.

Em 2012 os tucanos novamente iriam se dividir na escolha do sucessor de Kassab. Pela primeira vez o candidato é escolhido por meio de prévias, de onde José Serra, tardivamente inscrito na disputa, sai vencedor, mas contando apenas com pouco mais da metade dos votos do partido. No PT não é diferente. Com seis postulantes a candidato o partido opta por um nome desconhecido, Fernando Haddad, de perfil moderado, preferido e imposto pelo grupo majoritário.

12 Ver <http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/geral/kassab-foi-pivo-de-disputa-interna-tucana/> (último acesso em 01/06/2017)

A grande novidade destas eleições foi a presença de um terceiro colocado sem histórico eleitoral e sem o apoio de uma organização partidária forte. Tratava-se de Celso Russomano, lançado pelo PRB, partido sem expressão em São Paulo e ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. Russomano contava com uma coligação de seis partidos onde apenas o PTB tinha alguma estrutura.

Serra e Haddad passam para o segundo turno com 58% dos votos, revertendo na semana decisiva as chances de Russomano. Assim como em 2000, a votação do quarto colocado, Gabriel Chalita do PMDB, passa os 10%. O eleitor demonstra novamente dificuldade em coordenar. Essa dificuldade deve ter aumentado com estratégias ideologicamente inconsistentes por parte dos partidos. O candidato do PT, por exemplo, recebe o apoio do seu mais tradicional adversário, Paulo Maluf, que exige a presença de Haddad em sua casa para selar o acordo diante da imprensa. Isso custou a Haddad a indicação de Erundina, do PSB, como vice e descontentou lideranças mais à esquerda em seu partido. Por outro lado, o candidato do PMDB, Gabriel Chalita, se gabava de contar com o apoio de dissidentes do PSDB. Enfim, as nomeações não agradavam as militâncias partidárias.

Se é verdade que a organização partidária, por sua capilaridade na cidade, é fundamental para o sucesso de um candidato, divisões intrapartidárias prejudicam essas candidaturas. A grande previsibilidade das eleições paulistanas entre 1982 e 2012 era fruto da união das máquinas políticas partidárias em torno de lideranças fortes. Foi assim com Jânio Quadros, Fernando Henrique, Paulo Maluf, Luiza Erundina, Marta Suplicy e José Serra em 2004. Esses nomes ou tinham controle sobre o partido ou então foram escolhidos por sua militância. Em 2012 nem Haddad nem Serra representavam o “militante mediano” de seus partidos. Sem a máquina partidária coesa em torno deles surgia espaço para outras agremiações.

Em 2016 o quadro de divisões internas iria se consolidar. O PSDB racharia após as prévias. O candidato derrotado no processo, Andrea Matarazzo, deixaria o partido para se filiar ao PSD e apoiar a candidatura de Marta Suplicy, desta vez pelo PMDB. Mais uma vez a disputa intrapartidária abriu espaço para nova candidatura de Celso Russomano pela mesma aliança de centro-direita entre o PRB e o PTB. Apesar disso João Dória Jr., o candidato escolhido pelo PSDB, conseguiu reunir uma grande coligação de 14 partidos, entre eles o PP de Maluf, e amealhar 53% dos votos já no primeiro turno. A candidatura de Marta foi um golpe duro para o PT paulistano e para a reeleição de Haddad, que obteve apenas 15% dos votos.

Explicações correntes da dinâmica eleitoral paulistana

A narrativa que usei para descrever as eleições paulistanas desde a redemocratização ainda não disse nada sobre o comportamento do eleitor. Neste ponto, ela se afasta da maior parte da literatura. As observações sobre a dinâmica eleitoral na cidade de São Paulo partem de divisões no eleitorado para prever o comportamento dos eleitores.

As análises de Simão (1956), Carvalho (1958), Ferreira (1960), Farias (1975), Lamounier (1975, 1980), Lamounier e Muszynski (1986), Muszynski (1989), Pierucci (1989), Limongi (1995) entre outros, mostraram que na cidade de São Paulo o eleitorado se dividia, estavelmente, entre esquerda e direita.

De acordo com uma explicação sociológica do voto, esta literatura associou a posição social do eleitor ao seu comportamento eleitoral. Aziz Simão (1956), analisando as eleições de 1947, já mostrava, apesar dos perigos da falácia ecológica, que em distritos com mais operários o PTB e o PCB conquistavam seu maior contingente de votos. Oliveiros Ferreira (1960) mostrava que, em São Paulo, nas regiões mais urbanizadas e industrializadas havia maior votação para as forças progressistas. Farias (1975) corrobora os achados de Ferreira mostrando que nas eleições de 1974 no estado de São Paulo os “contextos micro-regionais mais urbanizados e mais desenvolvidos, de forma agregada, favoreceram o partido oposicionista” (pg. 236). Lamounier e Muszynski (1986) mostram que essa correlação entre ideologia e posição social é constante entre 1974 e 1985, achado confirmado por Pierucci (1989) e, mais tarde por Limongi (1995).

Interpretações com base na explicação sociológica do voto, conforme nos ensina Figueiredo (1991), têm dificuldade em explicar a volatilidade eleitoral de curto prazo. Nesta concepção, para que haja mudança nas escolhas dos eleitores é necessário que sua posição social mude, o que só ocorreria com o desenvolvimento da sociedade, um processo de longo prazo. Como explicar, então, as flutuações no voto como as descritas na seção anterior?

Uma maneira é relativizar tais flutuações. Singer (1999), citando Limongi (1995) para o qual haveria “uma estrutura ideológica no eleitorado paulista a informar a flutuação individual” (SINGER: 1999 pg.139), diz ter “provado que há profunda *estabilidade ideológica do voto*, apesar de eventual instabilidade dos partidos e dos candidatos” (idem). Neste caso as clivagens políticas seriam estáveis, isto é, haveria estabilidade na demanda. A instabilidade estaria na oferta, nas articulações entre os partidos, nas campanhas eleitorais e nas capacidades dos candidatos.

Outra maneira de compatibilizar a flutuação de votos com a estabilidade das clivagens ideológicas seria atribuí-las a uma falsa consciência do eleitor. Para explicar o fenômeno do *adhemarismo* e do *janismo* em São Paulo, Weffort (1965) retrabalha a noção de populismo mostrando que certas circunstâncias transformam determinadas classes (que possuem consciência de seu vínculo comum) em massas (que não percebem o pertencimento a uma posição social comum). Essas massas estabelecem vínculos pessoais com líderes políticos que mascaram sua situação de classe. Seria, portanto, a qualidade destes líderes que explicaria a flutuação do voto das massas, pois “as atitudes políticas de um líder podem transformar a imagem, mas a relação pessoal, que a constitui, dissolve os conteúdos políticos concretos no sentido de fortalecer ou enfraquecer carácteres de personalidade” (WEFFORT:1965 pg.56).

Conforme Weffort (1965) a noção de populismo se aproxima da noção de coronelismo. O termo “coronelismo” aparece no clássico de Victor Nunes Leal “Coronelismo, enxada e voto” (1947). Coronelismo se refere ao poder dos grandes proprietários de terra que receberam o título de “coronel” ao apoiar o Imperador na Guerra do Paraguai. Esses “coronéis”, além de direta ou indiretamente proporcionar a maior parte dos empregos e da renda do município supria as necessidades de provisão de bens comuns, pois, nesta época, esses municípios tinham pouca autonomia legal e financeira. Conforme Leal:

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os votos de cabresto, que resultam em grande parte, da nossa organização rural. (LEAL:2012)

Weffort ensina que, enquanto o coronelismo é fenômeno eminentemente rural, o populismo é característico de um período de intensa urbanização e estabelece suas raízes em regiões de maior desenvolvimento industrial. No coronelismo as relações entre os chefes e os seguidores estariam circunscritas ao domínio do senhor rural. A dependência política é apenas uma parte da dependência total do liderado em relação ao líder. No populismo a adesão da massa ao líder pressupõe a ausência de qualquer forma de coerção econômica e social. No coronelismo há um compromisso entre o poder público e o poder privado. “O populismo é, no essencial, a exaltação do poder

público, é o modo pelo qual o Estado, através do líder, se põe em contato direto com os indivíduos aglomerados nas massas." (WEFFORT:1965 pg.55).

Coronelismo e populismo são conceitos muito próximos ao de clientelismo. Cunhou-se o termo clientelismo denotando um tipo de relação social marcada por contato pessoal entre proprietários de terra e camponeses. Os camponeses, privados de terra, seriam totalmente dependentes dos patrões. Esses seriam responsáveis por prover os bens públicos necessários (escola, médicos, habitação etc.). Em troca, os camponeses ofereceriam serviços e lealdade aos patrões. Tratam-se de trocas generalizadas, isto é, as trocas, como o emprego na terra do patrão, obriga as partes a mais do que apenas o seu objeto.

Com o desenvolvimento do capitalismo, as trocas passariam a ser impessoais, criar-se-ia o "domínio público" que regularia a relação entre as pessoas com leis iguais para todos. Era o liberalismo econômico com sua contrapartida na noção de cidadania política, que envovia o universalismo de procedimentos, isto é, normas que poderiam ser utilizadas e impostas a todos por meio de seus representantes. No capitalismo moderno as trocas assumiriam um caráter mais específico.

Em países como o Brasil, chamados de países de capitalismo periférico, o capitalismo moderno e o "universalismo de procedimentos" conviviam com as formas pré-capitalistas e o clientelismo. São as diversas gramáticas políticas, conforme Edson Nunes (1997), capazes de explicar que, mesmo em cidades desenvolvidas como São Paulo, pessoas com posições sociais similares votem de maneira diferente.

Conforme Nunes: "em sociedades sincréticas, como a brasileira e a italiana, a lógica da troca generalizada é transferida para as associações, instituições políticas, agências públicas, partidos políticos, cliques e facções" (NUNES:1997, pg. 29). Essas organizações fariam a ponte entre a sociedade e o Estado. Os clientes teriam acesso a bens públicos providos por elas em troca de seu voto. Portanto, nesta visão, para um político se reeleger ele deve estabelecer uma rede de clientela com essas organizações.

Essa imagem vai impregnar o pensamento político mais recente. Sérgio Abranches cunhou o termo "Presidencialismo de Coalizão" para explicar o atual modelo político brasileiro. Neste modelo, um presidente com amplos poderes é obrigado a formar coalizões de governo, pois as regras eleitorais fazem com que o Congresso seja muito fragmentado. Isso implicaria a troca de favores, onde a governabilidade é conquistada ao garantir que os políticos tenham os recursos necessários para se reeleger:

Não creio que o fisiologismo e o clientelismo sejam intrínsecos ao regime de governança. Eles são componentes do padrão de relacionamento entre partidos e eleitores, portanto um dado sociológico. Se os partidos majoritários

logram conquistar essa maioria por meio desse tipo de mecanismo de manipulação do eleitor despossuído e não há alternativas competitivas em muitos redutos, a relação entre a maioria legislativa e o Executivo terá, de fato, um elevado grau de propensão ao fisiologismo e ao clientelismo. Mas seria assim se o governo não fosse de coalizão (ABRANCHES:1988)

A sobrevivência do “coronelismo” na forma de populismo ou clientelismo teria como contrapartida a fragilidade dos partidos. No Brasil, os partidos não exerceriam a função de intermediários entre a vontade popular e o Estado. Políticos teriam redutos eleitorais e se preocupariam apenas em atender esses redutos com benefícios particulares.

Conforme Limongi e Mesquita, “dito de outra forma, a análise política brasileira não encontra lugar para o voto urbano de direita entre as camadas mais carentes. Urbanização redundaria em autonomia do eleitor, e o voto na direita entre os mais pobres só pode ser entendido como manifestação da sua sujeição e subordinação.” (LIMONGI e MESQUITA:2008).

Estes autores propõe outra maneira de explicar a flutuação no voto:

Os resultados das eleições na cidade de São Paulo pós-redemocratização podem ser interpretados à luz de um modelo muito simples de disputa eleitoral cuja estrutura foi anunciada já nas eleições de 1985. Naquela ocasião, os três polos clássicos do espectro ideológico — direita, centro e esquerda — mostraram sua viabilidade eleitoral na cidade. Isto é, os três polos contam com uma base de apoio que lhes permite pleitear com sucesso a cadeira de prefeito. No entanto, inexiste um bloco hegemonicó. Assim, as vitórias passaram a ser ditadas por coalizões entre os eleitores de diferentes blocos.

Outras abordagens, que se afastam das expostas acima, invocam fatores exógenos à competição política local. O mais óbvio destes fatores são as condições econômicas, base das teorias econômicas do voto (LEWIS-BECK, 1990), ou a performance do governo, base das teorias do voto retrospectivo (FIORINA, 1978). Lamounier (1975) aponta como condutor de “correntes livres do psiquismo coletivo”, que levaram ao voto na oposição, uma frustração com a distribuição desigual do crescimento econômico (LAMOUNIER:1975, pg.44). Esse tipo de explicação implica, muitas vezes, a influência da conjuntura nacional na disputa local, algo que não pode ser tomado como premissa.

Minha narrativa da dinâmica eleitoral paulistana procura explicar a volatilidade eleitoral por meio das estratégias partidárias, o que aproxima minha análise à de Limongi e Mesquita (2008), mas condiciona os efeitos das estratégias

à organização partidária. Se por um lado concordo que é a “instabilidade dos partidos e dos candidatos” que explicará a flutuação no voto, por outro lado essa instabilidade é limitada pelo enraizamento da organização partidária. Falhas de coordenação pré-eleitoral explicam a volatilidade, mas é a organização partidária que determina quais os partidos que poderiam ter participado dessa coordenação.

Neste tipo de análise, os partidos políticos atraem apoiadores e eleitores ao distribuir tanto benefícios programáticos quanto particularistas. Os primeiros dizem respeito ao posicionamento do partido sobre questões que se alinhem ao posicionamento do eleitor. Os segundos, em geral, se resumem ao acesso privilegiado a serviços ou posições públicas (não necessariamente estatais). Enquanto os primeiros são bens coletivos distribuídos por meio de canais públicos, como a mídia, os segundos dependem de redes de relações pessoais (KITSCHELT e WILKISON, 2007; STOKES et al, 2013).

Os partidos diferem na sua capacidade de oferecer algum dos dois tipos de benefícios e na capilaridade de sua rede. Partidos que controlam a máquina estatal ou contam com uma ampla rede de segurança social (como igrejas, sindicatos etc.) conseguem se estruturar melhor e expandir sua capilaridade. Partidos melhores estruturados e com maior capilaridade têm maiores chances de lançar candidaturas bem-sucedidas. Outros partidos que não possuem as mesmas condições se veem forçados a se coligar aos primeiros, antecipando o voto útil.

As preferências eleitorais seriam estáveis, como defende Singer (1999). A volatilidade eleitoral se daria ou por falha de coordenação ou por problemas com a organização partidária. Falhas de coordenação ocorrem ou por erro de cálculo, quando as capacidades dos partidos são parecidas e não é possível antecipar qual o mais viável; ou por questões ideológicas, quando a aliança traz o perigo de afastar adeptos e eleitores que se aproximam do partido buscando benefícios programáticos. Problemas organizacionais ocorrem quando há divisões na coalizão dominante por conta de disputas internas por posições de poder ou pela perda de lideranças, ou então pela perda da capacidade em distribuir recursos particularistas.

Na próxima seção examino mais de perto a relação entre estratégia, organização partidária e voto. Para isso analisarei as eleições de 2016 observando o voto por seção eleitoral. A influência da coordenação eleitoral será apreendida por meio das transferências de votos entre os partidos que participaram dos pleitos de 2012 e 2016. A ideia é verificar se a entrada de outros partidos em certo campo ideológico divide os votos neste espaço. O impacto da organização partidária será aferido pela correlação entre os votos de candidatos a vereador da coligação e os votos para prefeito. Também examinarei a correlação entre o número de filiados na seção eleitoral e o voto,

assim como entre este e a presença de organização partidária permanente (diretórios). Esses indicadores dariam uma noção da capilaridade da organização partidária.

Estratégia, organização partidária e as eleições de 2016

Como vimos acima João Dória Jr., do PSDB, se elegeu prefeito de São Paulo já no primeiro turno das eleições com surpreendentes 53% dos votos – algo inédito na cidade. Ao desagregarmos os dados por seção eleitoral, a vitória de Dória é ainda mais surpreendente: ele vence em 96% das seções eleitorais¹³. Surpreende também o fato de Marta Suplicy do PMDB ter vencido em 898 das 1040 seções restantes, apesar de ter chegado em quarto lugar na disputa.

A razão para que Marta, apesar de ter vencido em algumas seções, tenha chegado atrás de Fernando Haddad do PT e de Celso Russomano do PRB é que Haddad chegou em segundo lugar em 56% das urnas e Russomano abocanhou boa parte das segundas e terceiras colocações. Marta, assim como Russomano, também perdeu para os votos nulos na maioria das seções. A maior parte do eleitorado que não votou em Dória ou em Hadad preferiu anular seu voto.

Essa polarização entre Dória e Haddad na maior parte das seções reflete o efeito redutor do sistema eleitoral majoritário. De fato, examinando o número efetivo de partidos por seção eleitoral, em 50% delas tivemos um máximo de 2,6 partidos efetivos e em 75% das seções não passou de 3,2¹⁴. Portanto, mesmo no nível da seção eleitoral, a disputa apresentou um caráter aproximadamente bipartidário, apesar do domínio do PSDB.

Os 53% dos votos do PSDB no primeiro turno representam um acréscimo de 23% à quantidade de votos recebidos pelo partido nas eleições de 2012. Sendo a configuração da disputa em 2012 praticamente a mesma da encontrada em 2016, a questão é saber de onde vieram esses votos a mais do PSDB. No sentido oposto, também cabe perguntar para onde foram os cerca de 12% dos votos perdidos por Haddad. Para responder essa questão recorro à mesma metodologia empregada por Limongi

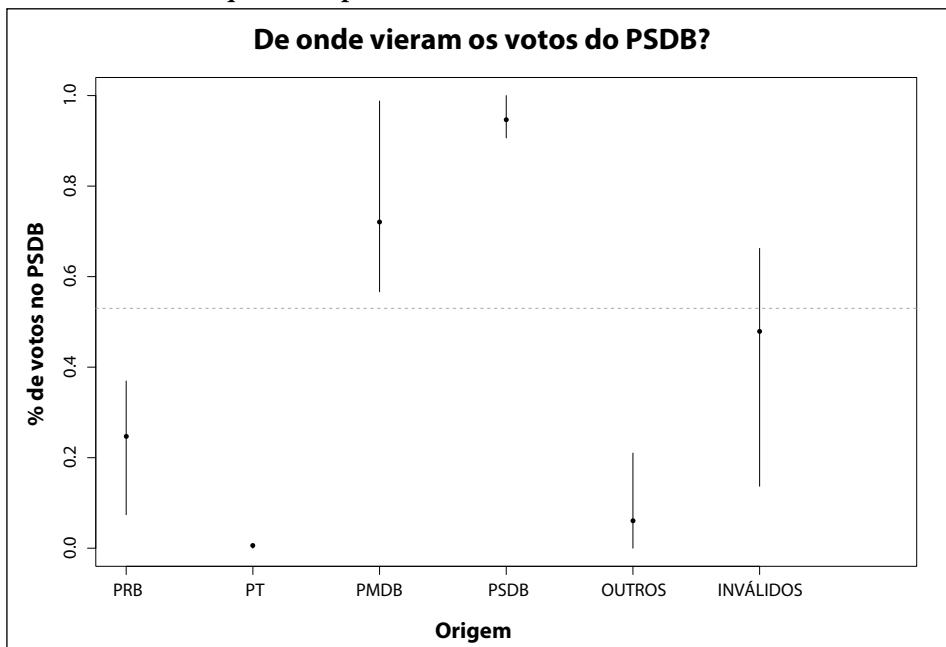
13 Cada seção eleitoral corresponde a uma urna onde votam, em média 230 eleitores. Na base de dados com os resultados das eleições de 2016 fornecidas pelo TSE constavam informações sobre 25.053 seções eleitorais. Os dados estão disponíveis no site do TSE (www.tse.jus.br).

14 O número efetivo de partido, como o nome sugere, é uma maneira de contar os partidos de fato competitivos em uma disputa eleitoral. Desenvolvido por Laakso e Taagepera (1979) ele é o inverso da soma do quadrado da proporção de votos de cada partido na disputa ($1/\sum v^2$).

e Mesquita que permite inferir, a partir de dados agregados, a transferência de voto individual entre dois pleitos (LIMONGI e MESQUITA:2008; KING et al, 2004)¹⁵.

A Figura 1 mostra a proporção dos votos dos partidos que disputaram a prefeitura de São Paulo em 2012 que foram para o PSDB em 2016. A votação de Dória (pouco mais de 53%) está assinalada por uma linha horizontal tracejada. Partidos com transferências acima desta linha perderam eleitores de maneira mais forte do que aqueles posicionados abaixo da linha. Vemos que a vitória de Dória se deve à fidelidade do voto tucano aliada à migração em massa do voto do PMDB. Essa migração não surpreende, pois o candidato do PMDB em 2012 era Gabriel Chalita, ex-PSDB, ex-secretário do governador Alckmin e muito próximo a este.

Figura 1 - Proporção dos votos dos partidos que disputaram a prefeitura de São Paulo em 2012 que foram para o PSDB em 2016



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE

¹⁵ O modelo proposto por King para solucionar a falácia da inferência ecológica quando se tem os totais marginais de uma tabela de R linhas e C colunas envolve o ajuste de um modelo hierárquico Bayesiano. No primeiro nível os totais das colunas são estimados utilizando-se um modelo multinomial. No segundo nível as células das linhas são estimadas por uma distribuição Dirichlet. Finalmente no terceiro nível os parâmetros da Dirichlet são estimados por uma distribuição Gamma.

A Figura 2 mostra que os votos no PT em 2016 vieram principalmente dos eleitores petistas de 2012. Pouco menos de um terço destes eleitores permaneceu fiel a Haddad. Outra parte dos votos petistas veio do PMDB. Este partido, por sua vez, recebeu mais de um terço dos eleitores que votaram em Haddad em 2012, como mostra a Figura 3. Mais uma vez isso não surpreende tendo em vista que a candidata do PMDB era Marta Suplicy, ex-petista e ex-prefeita que quando no cargo havia construído uma base de eleitores petistas fiéis.

Figura 2 - Proporção dos votos dos partidos que disputaram a prefeitura de São Paulo em 2012 que foram para o PT e o PMDB em 2016

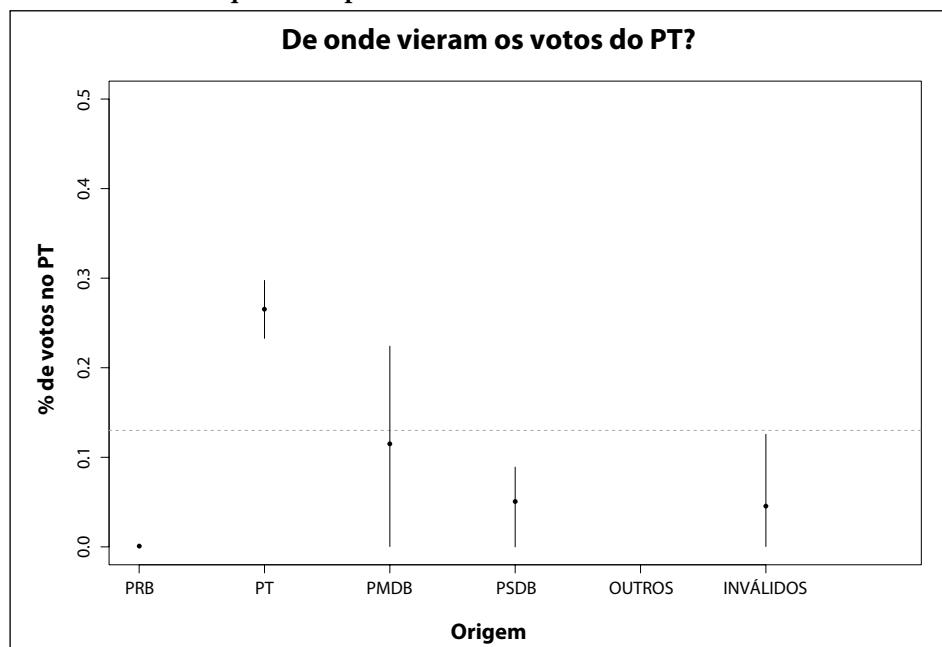
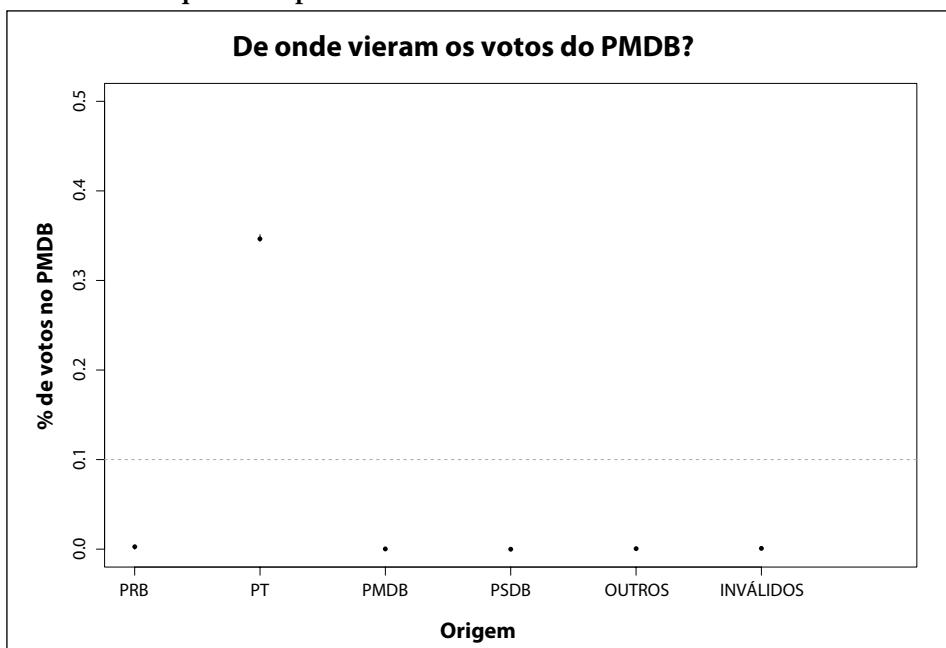


Figura 3 - Proporção dos votos dos partidos que disputaram a prefeitura de São Paulo em 2012 que foram para o PT e o PMDB em 2016



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE

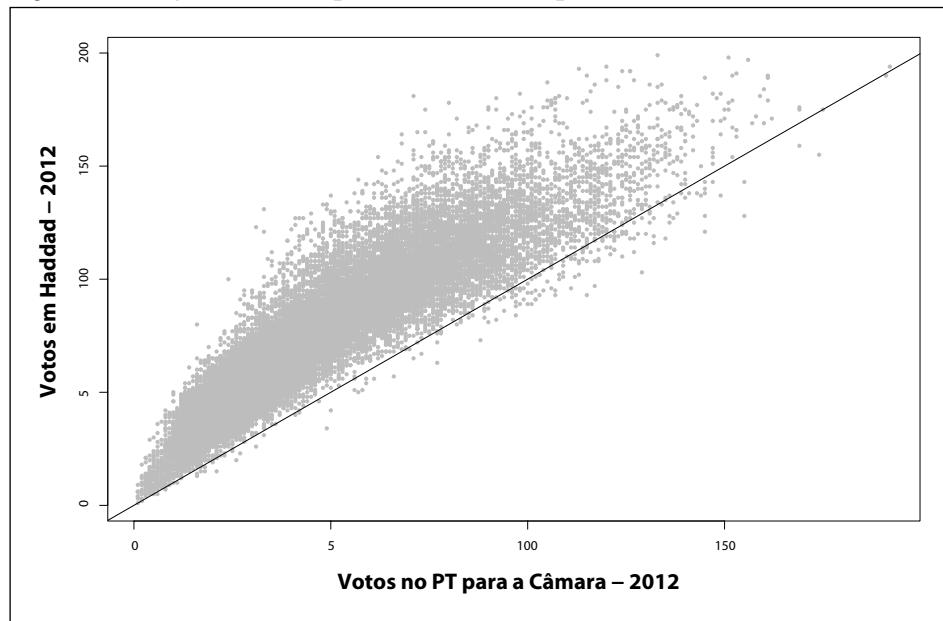
Duas coisas chamam a atenção. Em primeiro lugar há um forte componente ideológico no voto paulistano como defende Singer (1999): os eleitores não costumam cruzar o campo ideológico. Eleitores da esquerda tendem a permanecer na esquerda e eleitores de direita na direita. Como apontam Limongi e Mesquita (2008) o centro pende ora para um lado ora para outro, como mostram as candidaturas do PMDB, os votos que cedem e os votos que recebem. Em segundo lugar, a divisão do voto petista ilustra as consequências das falhas de coordenação entre os partidos. Quando, no lugar de apoiar o PT, o PMDB lança uma candidata com origem na esquerda ele dividirá esta esquerda, facilitando uma vitória da direita. Em outras palavras a estabilidade eleitoral, advinda da estabilidade da ideologia no eleitorado é rompida pela “instabilidade dos partidos e dos candidatos”.

Esta instabilidade dos partidos pode ser apreendida comparando a votação para prefeito com a votação para o legislativo municipal por seção eleitoral. Se o eleitor deixa de votar no PT por razões exógenas, como mau desempenho da economia ou devido a escândalos de corrupção, isso deveria afetar o partido como um todo, isto é, tanto na disputa pelo executivo quanto pelo legislativo. Neste caso, a correlação entre os votos nas duas disputas deveria ser alta, pois a

queda em ambas teria sido homogênea. Se o problema é de coordenação entre os partidos no pleito majoritário espera-se que a votação para prefeito no partido caia homogeneamente nas seções, enquanto o voto para vereador se mantenha constante. Mais uma vez a correlação entre as votações seria alta.

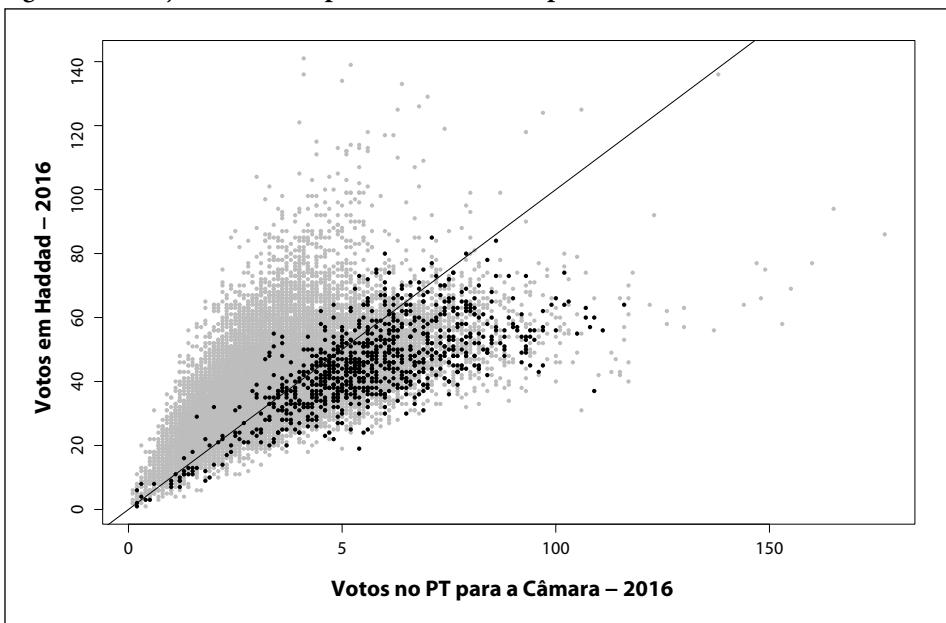
A correlação entre os votos para prefeito e para vereador só não é alta quando, por algum motivo, a votação para prefeito cai mais em locais onde a votação para vereador é mais alta. Isso seria o caso se alguns vereadores fizessem campanha para um candidato adversário. Embora não possamos testar esta hipótese diretamente, as Figuras 4 e 5 dão algum suporte para a ideia. A Figura 4 mostra que em 2012 Haddad foi bem em todas as seções onde os candidatos a vereador do PT foram bem. A Figura 5 mostra que em 2016 Haddad passa a ir mal em algumas seções onde os vereadores petistas foram bem votados. Boa parte destas seções foram aquelas onde Marta Suplicy venceu. Isso sugere que vereadores com bom desempenho nestas seções deram apoio à candidata do PMDB.

Figura 4 - Relação entre voto para Prefeito e voto para Vereador no PT em 2012



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE

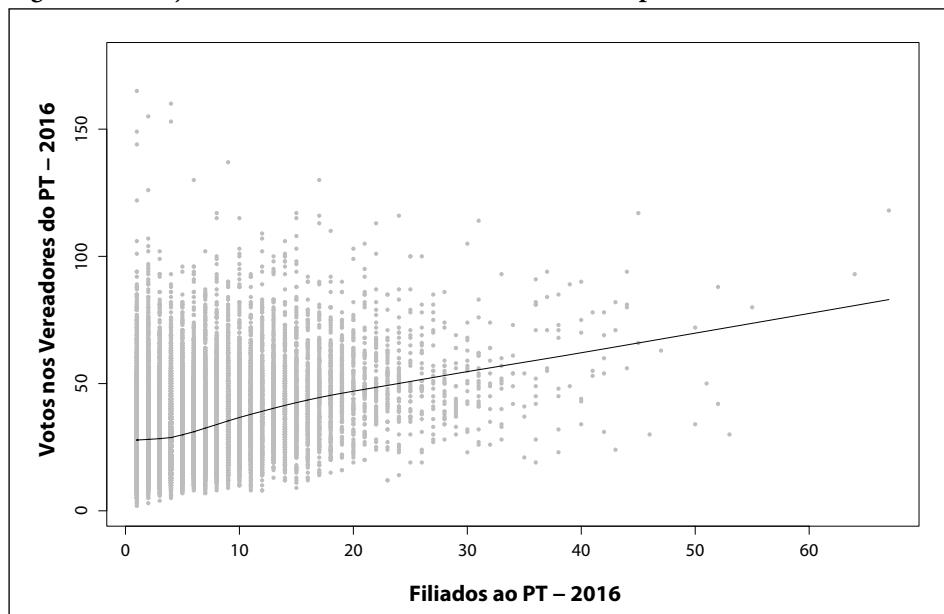
Figura 5 - Relação entre voto para Prefeito e voto para Vereador no PT em 2016



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE

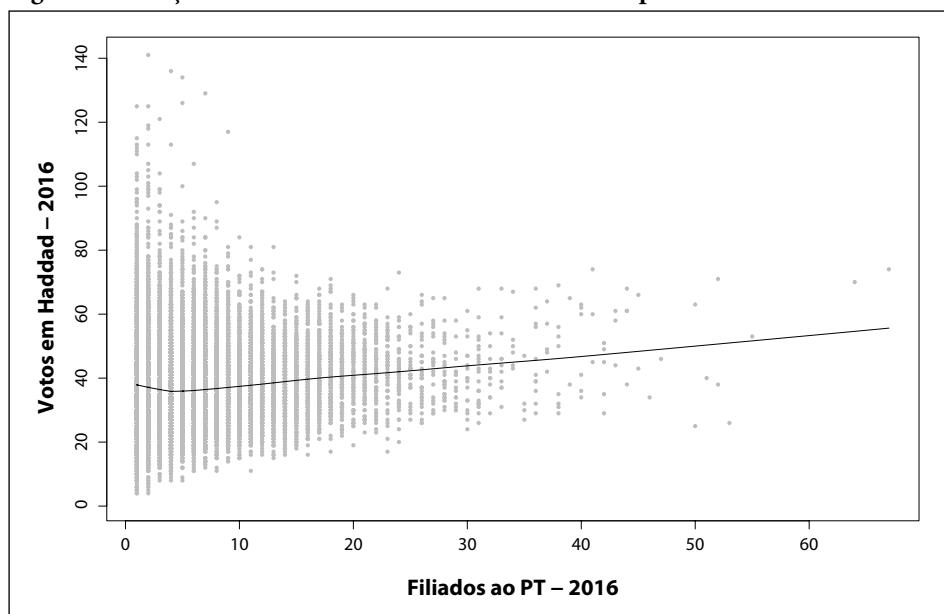
As Figuras 4 e 5 ilustram a importância da organização partidária para a eleição majoritária. Quando há falha de coordenação, mas a máquina partidária se mantém fiel, é mais fácil manter o controle sobre o eleitorado. A perda da máquina significa a divisão do voto. É nesse sentido que afirmo que as estratégias partidárias são condicionadas pelo enraizamento da organização partidária. Essa hipótese é corroborada pela comparação da relação entre quantidade de filiados e o voto no PT na seção. As Figuras 6 e 7 mostram que enquanto há uma relação positiva entre quantidade de eleitores filiados ao PT e votos para vereadores do partido, essa relação é fraca com relação ao candidato a prefeito. Essa “infidelidade” com relação ao prefeito pode ter sua origem na defecção de parte da máquina.

Figura 6 - Relação entre número de filiados no PT e voto para Vereador em 2016



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE

Figura 7 - Relação entre número de filiados no PT e voto para Prefeito em 2016



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE

Conclusão

As eleições paulistanas são previsíveis. Dois blocos, um à esquerda e outro à direita sempre disputam e vencem as eleições. Dada a configuração inicial da disputa e a organização partidária de cada competidor é possível prever, com certo grau de confiança, quais serão os vencedores. Se há falha de coordenação e mais de um partido de cada bloco se lança à disputa, o partido com maior enraizamento organizacional será aquele com melhor desempenho.

Sob essa luz, a acachapante vitória de João Dória Jr. nas eleições paulistanas de 2016 não significou algo de novo ou extraordinário como sugerem alguns analistas. Como já apontado por outros autores mostrei que o eleitor paulistano é estável do ponto de vista ideológico. O eleitor petista não abandonou o candidato do partido para votar no candidato do bloco oposto. O voto de Haddad em 2012 migrou, majoritariamente, para uma candidata que até recentemente também era do PT.

Se o voto deste eleitor é volátil é porque as falhas nas estratégias de coligação e a entrada de mais de um competidor no mesmo bloco pode levar a divisões internas nos partidos. Essas divisões fazem com que a máquina partidária passe a agir a favor do adversário. É a organização partidária interagindo com a estratégia eleitoral na explicação do voto.

Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio., 1988. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, 31.1, pp.5-38.
- ARANTES, R.B., 2009. O ministério público e a corrupção política em São Paulo. In SADEK, M.T., org. SANCHES FILHO, A.O., et al. *Justiça e cidadania no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, pp. 23-116. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- BRASIL Lei nº 7332, de 1º de julho de 1985. Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 jul. 1985.
- CARVALHO, Orlando M., 1958. *Ensaios de sociologia eleitoral*. Universidade de Minas Gerais.
- CUNHA, Luciana Gross, 2016. *Relatório ICJBrasil: 2º semestre/2016*. Fundação Getúlio Vargas.
- DOWNS, Anthony, 1999 *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.

- DUVERGER, Maurice, 1970. *Os Partidos Políticos* Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 2^a ed. Trad. Cristiano Monteiro Oiticica.
- FARIAS, Vilmar. 1975. As Eleições de 1974 no Estado de São Paulo: uma análise das variações inter-regionais in LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique, eds. *Os partidos e as eleições no Brasil* São Paulo: Paz e Terra.
- FERREIRA, Oliveiros S., 1960 Comportamento eleitoral em São Paulo. *RBEP* 8.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria, 1991. *A decisão do voto-democracia e racionalidade*. São Paulo: Editora Sumaré.
- FIORINA, Morris P., 1978. Economic retrospective voting in American national elections: A micro-analysis. *American Journal of Political Science*, pp 426-443.
- KING, Gary & TANNER, Martin A. & ROSEN, Ori eds, 2004. *Ecological inference: New methodological strategies*. Cambridge University Press.
- KITSCHELT, Herbert & WILKINSON, Steven I., 2007 *Patrons, clients and policies: Patterns of democratic accountability and political competition*. Cambridge University Press.
- KOWARICK, Lucio & SINGER, André. 1993. A experiência do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP* 35, pp.195-216.
- LAAKSO, Markku & TAAGEPERA, Rein. 1979. Effective number of parties: a measure with application to West Europe. *Comparative political studies* 12.1, pp: 3-27.
- LAMOUNIER, Bolívar & MUSZYNSKI, Maria Judith de Brito. 1986. A eleição de Jânio Quadros. Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo Nº 16.
- LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Rachel. 1986. Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro. IDESP Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos Nº 14.
- LAMOUNIER, Bolívar, 1975. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente in LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique, eds. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Paz e Terra.
- LAMOUNIER, Bolívar, 1980. *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Editora Vozes.
- LEAL, Victor Nunes, 2012. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras.
- LEWIS-BECK, Michael S., 1990 *Economics and elections: The major Western democracies*. University of Michigan Press.

- LIMONGI, Fernando, & MESQUITA, Lara, 2008. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Novos Estudos CEBRAP* 81, pp: 49-67.
- LIMONGI, Fernando, 1995. Estabilidade Eleitoral em São Paulo-1989-1994. *São Paulo: Relatório Fapesp (Proc. Fapesp no 94/1927-8)*.
- MAY, John D., 1973 Opinion structure of political parties: the special law of curvilinear disparity. *Political studies* 21.2, pp:135-151.
- MUSZYNSKI, Judith, 1989. *As razões de um resultado surpreendente a vitória de Luiza Erundina*. Idesp.
- NUNES, Edson, 1997. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Zahar.
- PIERUCCI, Antônio Flávio, 1989. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 4.10, pp:44-65.
- SIMÃO, Aziz, 1956. O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 1.1, pp:130-141.
- SINGER, André, 1999. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. Edusp.
- STOKES, Susan C., et al, 2013. *Brokers, voters, and clientelism: The puzzle of distributive politics*. Cambridge University Press.
- WEFFORT, Francisco C., 1965. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira* 2.